

22/06/2018 - 05:00

Banco Mundial defende ajuste que preserve o investimento público

Por **Rodrigo Carro**

Os custos econômicos de se fazer um ajuste fiscal baseado em cortes no investimento público e nas transferências sociais são muito elevados, advertiu ontem o economista-chefe do Banco Mundial para a



América Latina e o Caribe, Carlos Végh. Em seminário organizado pela Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Végh destacou a necessidade de os países da região reequilibrarem suas contas como forma de preservar conquistas como a redução nas taxas de inflação, a diminuição dos níveis de pobreza e desigualdade e a expansão da classe média.

Carlos Végh: "Em média, custa três vezes mais na América Latina transportar um produto até o porto do que na Ásia"

"A região como um todo deveria estar investindo cerca de 6% do Produto Interno Bruto em infraestrutura e este número está entre 2% e 3%", comparou o economista. "Em média, custa três vezes mais na América Latina transportar um produto até o porto do que na Ásia", exemplificou.

Levantamento feito pelo Banco Mundial com base em dados de 16 países da América Latina e do Caribe referentes ao período de 1990 a 2014 indica que o multiplicador fiscal - o aumento da atividade econômica resultante do incremento de uma unidade de moeda local no consumo do governo - é maior que três vezes. Para os investimentos públicos, o fator multiplicador estimado é próximo de dois, enquanto o dos gastos primários correntes é inferior a um.

Uma diminuição nos gastos públicos com infraestrutura e programas sociais resultaria, portanto, numa contração econômica mais severa. A saída - de acordo com ele - está em diminuir despesas primárias, como os gastos públicos com consumo e folha de pagamento. Diminuir o investimento público é a forma mais fácil de cortar gastos, mas pode comprometer as perspectivas de expansão econômica, explicou Végh. "Não há eleitorado para [defender] o investimento público. As pessoas não saem às ruas para protestar por uma nova estrada que precisa ser construída", disse.

Em relação aos programas sociais, Végh citou o Bolsa Família e outros programas implementados na região ao longo dos últimos dez a 15 anos como iniciativas condicionais de transferência de renda bem-sucedidas. "Existe um amplo consenso de que eles tiraram muita gente da pobreza e os levaram a uma vida melhor", disse. "Agora que passamos 15 anos tentando proteger os membros mais vulneráveis da sociedade, devemos estar atentos para não deixar que haja uma deterioração."

Apesar de destacar a importância da manutenção do investimento público e das transferências sociais, Végh defendeu a necessidade de ajustes fiscais na região. Ao fim do ano passado, 31 dos 32 países da região apresentavam déficit fiscal. O desequilíbrio tem levado a uma degradação das notas de crédito dessas nações, como consequência do aumento do nível de endividamento.

Em 2017 a dívida pública dos países da região correspondia, em média, a 57,6% do Produto Interno Bruto, enquanto no Brasil este percentual estava em 74%. Para Végh, um nível de endividamento de 35% do PIB seria "confortável", levando-se em consideração as características da região.

Em sua palestra, o economista do Banco Mundial sustentou ainda que os déficits fiscais persistentes ameaçam as conquistas econômicas e sociais obtidas pelas nações latino-americanas e caribenhas, como a redução nas taxas de inflação, a diminuição da pobreza e desigualdade e a expansão da classe média, além do crescimento inclusivo. O custo de fazer um ajuste fiscal cortando despesas primárias é menor do que o de aumentar impostos, argumentou Végh durante sua apresentação no seminário da FGV. A exceção à regra fica por conta dos países com baixa carga tributária, acrescentou ele.

Em termos de velocidade, ajustes graduais custam menos quando comparados a choques súbitos destinados a corrigir desequilíbrios fiscais. "Se você tem uma queda brusca na demanda agregada, o efeito sobre a economia será bem mais forte do que se você distribuir [a queda] ao longo do tempo", justificou o economista-chefe.